JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.26 08:15:29 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 26 de novembro de 2026 • Nº 2432 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

FARSA GOLPISTA

TCU afasta multas a Dilma e auxiliares por irregularidades

Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem afastar multas à ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a ex-integrantes de sua equipe econômica por irregularidades na gestão fiscal e orçamentária de 2014. O processo, relacionado às chamadas "pedaladas fiscais", foi arquivado sem aplicação de sanções individuais. A decisão não altera a rejeição das contas do governo daquele ano pelo tribunal. As falhas analisadas na representação haviam sido consideradas no julgamento das contas de 2014, cujo parecer contribuiu para o processo de impeachment de Dilma, em 2016. Além da ex-presidente, eram alvo do processo o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, a atual ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, e o ex-secretário do Tesourol Arno Augustin, entre outras autoridades. O relator do caso, ministro Odair Cunha, avaliou que não havia elementos suficientes para responsabilizar individualmente os agentes com a aplicação de multas. PÁGINA 7

CIÊNCIA POLÍTICA

USP: Haddad voltará a dar aulas de pós-graduação

O ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad voltará a lecionar na Universidade de São Paulo (USP) a partir de 2027. A volta à sala de aula foi confirmada pela instituição ao Estadão. Segundo o Departamento de Ciência Política, ele ministrará, no programa de pós-graduação, a disciplina "Acumulação primitiva, capitalismo superindustrial e classes sociais". As aulas serão às quartas-feiras, à noite. Procurada pela reportagem, a assessoria do ex-ministro confirmou a informação. Haddad estava licenciado da USP desde que assumiu o Ministério da Fazenda, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele deixou a pasta em março deste ano para concorrer ao governo de São Paulo. Na última terça-feira, o ex-ministro se reuniu com Lula para discutir seu futuro no governo Lula 4. Conforme apurou o Estadão, aliados relataram que Haddad deixou o encontro convencido de que não integrará a nova gestão. PÁGINA 6

CONGELAMENTO

Governo libera R$ 3,43 bi do Orçamento após ajuste fiscal

LULA MARQUES/ABRASIL



O governo federal liberou R$ 3,43 bilhões do Orçamento de 2026, reduzindo o volume de despesas congeladas, apesar da piora na previsão do resultado das contas públicas. A medida foi anunciada pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti (**foto**), após a sanção da lei que permite excluir até R$ 10,5 bilhões em gastos com subsídios ao diesel da meta fiscal deste ano. Com a revisão, a contenção de despesas caiu de R$ 16,1 bilhões para R$ 12,63 bilhões. A projeção de déficit primário efetivo piorou e subiu de R$ 67,26 bilhões para R$ 76,98 bilhões. Os dados constam no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, divulgado na noite dessa terça pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O documento, que orienta a execução do Orçamento, também aponta aumento nas estimativas de receitas e despesas, com impacto dos gastos extraordinários para conter os preços dos combustíveis. PÁGINA 3

SEGUNDO TURNO

JP



Supremo marca julgamento sobre eleições no Rio para dia 4 de dezembro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin pautou para 4 de dezembro o julgamento da nova ação que pede a realização de segundo turno das eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro. O caso será analisado em sessão virtual do plenário e ficará aberto para votação até 15 de dezembro. O colegiado vai julgar definitivamente o processo no qual o PSD, partido do candidato ao governo do Rio Eduardo Paes (**foto**), pede para suspender a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que anulou os votos obtidos pelo candidato Anthony Garotinho (Republicanos) e determinou a retotalização dos votos para o cargo de governador do Rio de Janeiro. A medida permitiu que Douglas Ruas (PL) fosse declarado eleito no primeiro turno. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA (0,31%) / 169.815,73 / 520,32 / Volume: 27.486.659.162 / Negócios: 4.070.086

Ativo

	Preço	%	Oscil.
MGLU3	7,95	+6,14	+0,46
BBAS3	14,62	–2,21	–0,33
COGN3	1,62	+2,53	+0,04
CSAN3	3,25	+5,18	+0,16
B3SA3	14,65	–1,08	–0,16

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZEV3	11,47	+31,09	+2,72
AZEV3F	11,37	+28,91	+2,55
VIVR3	3,10	+28,63	+0,69
VIVR3F	2,99	+19,60	+0,49
LJQQ3	1,14	+17,53	+0,17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	1,31	–40,45	–0,89
SEQL3F	6,720	–19,71	–1,650
SEQL3	6,700	–18,89	–1,560
INEP3	1,12	–16,42	–0,22
PMAM3F	0,22	–15,38	–0,04

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	50.759,42	-1,64
S&P 500	7.340,53	-1,03
US Tech 100	26.614,4	+0,55
Euronext 100	1.875,97	-1,83
CAC 40	8.216,78	-1,62
FTSE 100	10.689,87	-1,76

Salário mínimo R$ 1.621,00
Ufir-RJ R$ 4,9604
Taxa Selic (05/11) 13,75%
TR (18/11) 0,1617%
Poupança (18/11) 0,6625%

IGP-M 1,47% (out.)
IPCA-15 0,32% (out.)
CDI (05/11) 13,65%
OURO BM&F/grama/RJ R$ 706,38
EURO Comercial Compra: 6,3644 Venda: 6,3650

EURO turismo Compra 6,4430 Venda: 6,6230
DÓLAR Ptax - BC Compra: 5,7851 +0,92%
DÓLAR comercial Compra: 5,7818 Venda: 5,7824
DÓLAR turismo Compra: 5,8211 Venda: 6,0011

MERCADOS

Bolsa rompe quedas com possível ida de Trabuco para Fazenda

JULIANA MACHADO/AE

Depois de quatro pregões seguidos em queda, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou um dia de recuperação, de volta ao patamar dos 166 mil pontos, após renovar sequencialmente as máximas intradia desde o começo do pregão. Profissionais de mercado atribuem o movimento às especulações em torno dos possíveis nomes para o Ministério da Fazenda, depois da notícia de que o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, teria sido cotado para o posto, ao lado do vice-presidente de República, Geraldo Alckmin, e o atual ministro da Pasta, Dario Durigan.

No fechamento, o Índice Bovespa (Ibovespa) subiu 1,58%, aos 166 684,61 pontos, depois de tocar a máxima em 167.105,33 pontos durante a tarde. Todos os papéis de maior peso na bolsa subiram, com destaque para o BTG pactual, que disparou 5,9%, seguido por Bradesco PN (4,2%), Vale (3,1%) e Petrobras (2% a PN e 0,82% a ON); Itaú PN avançou 0,68%.

No mês, o Ibovespa ainda acumula baixa de 0,74%. No ano, sobe 3,45%. O giro financeiro do dia ficou em R$ 26 bilhões, relativamente abaixo da média.

DÓLAR

O dólar despencou ontem, e fechou abaixo da linha de R$ 5,90, diante das apostas crescentes em uma postura fiscal mais firme do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu quarto mandato. O real apresentou de longe o melhor desempenho entre as principais divisas globais. Após as informações de que o petista deu aval a uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que pode limitar o crescimento dos gastos obrigatórios, ganharam corpo onterm as apostas de que o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, assuma o Ministério da Fazenda.

Com mínima de R$ 5,8055, o dólar à vista terminou a sessão em queda de 1,59%, a R$ 5,8168 - abaixo da marca de R$ 5,90 pela primeira vez após três pregões e no menor valor de fechamento desde o último dia 17. A moeda americana já acumula desvalorização de 1,99% na semana, após alta de 4,95% na semana passada. Em novembro, avança 6,84%.

COMBUSTÍVEL

Governo renovará subsídio ao diesel por mais 30 dias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica deve prorrogar por mais 30 dias a subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel comercializado no país.

A extensão do benefício pode custar entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões, elevando para cerca de R$ 85 bilhões o impacto total das políticas de contenção dos preços dos combustíveis nas contas públicas em 2026.

A previsão foi anunciada ontem pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante entrevista sobre a liberação de R$ 3,43 bilhões do Orçamento. A portaria que formaliza a renovação ainda precisa ser validada pelo governo.

"O custo era estimado em R$ 10,5 bilhões (por mês), mas a gente tem verificado na execução que esses valores giram um pouco abaixo. Na prática, temos visto algo na faixa entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões", afirmou Moretti.

Segundo o ministro, as medidas adotadas para reduzir os efeitos da alta internacional do petróleo já provocaram impacto de aproximadamente R$ 75 bilhões nas contas públicas neste ano. O valor inclui de R$ 64 bilhões a R$ 65 bilhões em subvenções aos combustíveis e cerca de R$ 10 bilhões em perda de arrecadação com desonerações tributárias.

CUSTO DAS MEDIDAS

A nova prorrogação ainda não está incluída no impacto de R$ 75 bilhões. Com o gasto adicional, o custo total poderá chegar a aproximadamente R$ 85 bilhões, caso a subvenção fique no limite estimado pelo governo.

Moretti afirmou que a equipe econômica pretende reduzir gradualmente os incentivos, conforme os preços internacionais do petróleo recuem. A prioridade, neste momento, é garantir o abastecimento e evitar aumentos bruscos nas bombas.

"Nesta semana, vamos anunciar mais uma renovação de subvenção de R$ 2,12 do diesel. Tem necessidade de manter por mais um mês, mas temos a perspectiva de ir revendo esses valores, na expectativa de que os parâmetros [de preço] cedam", disse o ministro.

RECEITAS DO PETRÓLEO

O governo esperava compensar os gastos com os subsídios por meio de receitas extraordinárias decorrentes da valorização do petróleo, incluindo royalties, tributos sobre o setor e o Imposto de Exportação sobre petróleo, prorrogado até 31 de dezembro.

Moretti afirmou que parte da arrecadação deve entrar apenas em 2027, devido ao calendário de pagamento dos tributos. Segundo ele, considerando esses recursos, o governo espera manter o equilíbrio entre receitas e despesas extraordinárias.

"Na margem, estamos equilibrados, considerando que uma parte dessas receitas entra no ano que vem, porque é como se paga cada um desses tributos", afirmou.

ALÍVIO NO ORÇAMENTO

A prorrogação ocorre após o Congresso autorizar a exclusão de até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A medida foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira.

A autorização permitiu reduzir o contingenciamento de despesas de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões. Com o desbloqueio de R$ 2,1 bilhões, o governo liberou cerca de R$ 3,4 bilhões do Orçamento.

O contingenciamento é utilizado para ajustar as despesas à previsão de receitas e evitar o descumprimento da meta fiscal. Já o bloqueio ocorre quando os gastos projetados ultrapassam o limite estabelecido pelo arcabouço fiscal.

EFEITO NA INFLAÇÃO

Moretti afirmou que, sem a política de subsídios, o governo teria registrado superávit primário em 2026. No entanto, segundo ele, o resultado poderia ocorrer às custas de maior instabilidade nos preços dos combustíveis e de efeitos negativos sobre a economia.

"Se não tivéssemos feito a política, teríamos superávit primário já neste ano, mas às custas de instabilidade de preços, que prejudicaria nosso resultado nominal e o bem-estar da população", justificou.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou que, sem os incentivos, a inflação ao consumidor poderia ser pelo menos 1 ponto percentual maior.

"Certamente, a gente teria diesel acima de R$ 10, gasolina acima de R$ 10. Um cenário bem difícil do ponto de vista social e de cadeias logísticas", disse Ceron.

BENEFÍCIOS EM VIGOR

Além da subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel, o governo mantém medidas de redução de tributos federais sobre gasolina e etanol.

Atualmente, estão zerados os tributos federais sobre a gasolina, equivalentes a R$ 0,89 por litro, e sobre o etanol, de R$ 0,19 por litro. A subvenção aos produtores de etanol está em R$ 0,428 por litro.

Em 13 de novembro, o Executivo decidiu não renovar a subvenção adicional de R$ 1,40 por litro de diesel importado . A Fazenda informou que a medida poderia ser reavaliada conforme a evolução dos preços do petróleo.

A retirada gradual dos benefícios deve ser um desafio para 2027. Além de manutenção dos subsídios pressionar as contas públicas, a redução das subvenções pode elevar os preços nas bombas, encarecer o transporte e aumentar a pressão sobre a inflação.

INVESTIMENTOS

TCU dá aval a contas vinculadas para financiar ferroviárias

JOÃO CAIRES/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem, dar aval à utilização de contas vinculadas como mecanismo para financiamento de investimentos em concessões ferroviárias. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento do relator, Benjamin Zymler, que defendeu a possibilidade de manter os recursos em contas como privados enquanto o depósito não representar pagamento de obrigações à União.

Ao voltar a defender sua tese, o relator afirmou que o modelo pode ampliar a capacidade de investimento em infraestrutura no Brasil mediante à escassez de recursos públicos e atendem à um "grito de liberdade" dos setores público e privado.

"Há um grito de liberdade sendo ouvido no âmbito do setor privado e do setor público, da área de infraestrutura. Um mecanismo moderno que permitirá certeza que a investimentos possam ser utilizados de forma planejada, inteligente, racional, com segurança jurídica, com segurança econômica e libertos de alguns mitos que eventualmente devem ser superados por essa corte, principalmente quando falamos de recursos vinculados à infraestrutura", afirmou o relator.

Um dos ministros revisores, Walton Alencar Rodrigues, divergiu do entendimento do relator e defendeu que os depósitos feitos nas contas vinculadas, em diferentes contratos analisados pela equipe técnica do TCU já correspondem ao pagamento de obrigações devidas à União e, por isso, deveriam ser classificados como recursos públicos, logo, submetidos ao regime de execução orçamentária.

"Considero que está havendo uma inventividade, uma mudança de paradigma muito grande que eu não considero respaldada nem pela Constituição, nem pela pelas leis orçamentárias", declarou Walton ao se manter contra o entendimento da maioria da Corte.

O critério estabelecido pelo relator prevê que os recursos passam a ter natureza pública quando o depósito quita uma obrigação pecuniária perante a União, com efeito liberatório, ou quando ocorre outro fato jurídico que transfira o patrimônio ao poder público. A decisão não significa uma autorização irrestrita para manter qualquer valor fora do orçamento: a classificação depende dos efeitos jurídicos de cada depósito e das condições previstas nos contratos.

O ministro Aldair da Cunha acompanhou, em essência, o relator, mas propôs retirar do voto a exigência de que o instrumento jurídico atribuísse expressamente ao depósito o efeito de transferência patrimonial ao poder público. Para ele, essa transferência decorre da própria lei quando há pagamento com efeito liberatório. Zymler acolheu a sugestão e ajustou a redação do voto.

COMÉRCIO EXTERNO

Secom: novas tarifas dos EUA buscam pressionar Brasil

GABRIEL DE SOUSA E FLÁVIA SAID/AE

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) disse em nota divulgada ontem, que a decisão dos Estados Unidos de propor tarifas de 10% sobre aviões brasileiros e o açúcar é uma "ação inaceitável" e busca pressionar o Brasil para alterar medidas regulatórias, como o Pix.

"Fica evidente que a nova recomendação é feita como o objetivo de pressionar o governo para que haja alterações em medidas regulatórias nacionais relacionadas ao sistema de pagamentos PIX, comércio digital, acordos preferenciais, dentre outros, como consta do anúncio de hoje", declara a nota da Secom.

A Secom também destacou que a decisão americana ocorre durante o processo de negociação sobre as tarifas da Seção 301, e que o governo brasileiro expressa "indignação" com o novo movimento de Washington.

"O governo brasileiro expressa indignação com a decisão do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos de recomendar a imposição de novas tarifas para a importação de aeronaves e açúcar. Há mais de um ano estamos atuando de boa-fé em negociações relativas à Seção 301 da Lei de Comércio de 1974", declarou a nota.

Classificando como "ameaça" a proposta de novas tarifas, a Secom disse que o governo não vai ceder às pressões e irá procurar uma saída negociada.

"O Brasil seguirá buscando uma saída negociada, sem prejuízo de ações no âmbito da OMC e sem descartar a possibilidade de adoção de medidas de reciprocidade frente à aplicação ilegal e injusta de tarifas contra produtos brasileiros", diz a nota.

Segundo o governo, o Brasil fez repetidas cobranças para um acordo bilateral que pudesse sanar os conflitos comerciais, mas os Estados Unidos não enviaram os termos de um possível consenso.

RISCO HIDROLÓGICO

TCU fecha balanço do SIN com pendências em matriz de referência

JOÃO CAIRES/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu ontem avanços estruturais no Sistema Interligado Nacional (SIN), mas apontou lacunas no atendimento a recomendações cruciais voltadas ao planejamento térmico e à alocação de riscos no setor ao decidir pelo encerramento e arquivamento do processo de monitoramento sobre a Segurança Energética no Setor Elétrico. Entre os pontos classificados como não implementados ou apenas parcialmente atendidos, o Tribunal destacou a ausência de uma "matriz de referência" estrita para o planejamento da expansão e a falta de avaliações comparativas formais e prévias antes da inclusão de termelétricas a combustível fóssil no sistema. Segundo a avaliação da Corte, embora o atendimento geral às determinações históricas iniciadas em 2008 tenha sido elevado, as diretrizes para contratação térmica fóssil não seguiram a metodologia de comparação de custos e alternativas socioambientais recomendada pelo tribunal.

Outro entrave diz respeito ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e à transferência do risco hidrológico (GSF) para os consumidores finais. As recomendações para reavaliar a arquitetura do MRE e mitigar repasses desproporcionais de custos de escassez hídrica às tarifas foram declaradas não implementadas no âmbito deste monitoramento. O TCU ponderou, porém, que a matéria deixou de ser cobrada neste processo por ter sido absorvida por um acompanhamento específico dedicado à revisão das políticas tarifárias. Com a entrada maciça de fontes renováveis variáveis (solar e eólica) e o avanço da micro e minigeração distribuída (MMGD), a preocupação central da segurança energética deixou de ser a garantia de volume bruto de energia e passou a ser a oferta de potência, flexibilidade operativa e soluções de armazenamento (como baterias e usinas reversíveis). No balanço final de cumprimento, o Tribunal ainda considerou resolvidas demandas como a revisão ordinária das garantias físicas das usinas (institucionalizada pelo Ministério de Minas e Energia), a harmonização das projeções de carga entre o Operador Nacional do Sistema (ONS) .

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

CONGELAMENTO

Governo libera R$ 3,43 bi do Orçamento após ajuste fiscal

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal liberou R$ 3,43 bilhões do Orçamento de 2026, reduzindo o volume de despesas congeladas, apesar da piora na previsão do resultado das contas públicas. A medida foi anunciada na terça-feira, após a sanção da lei que permite excluir até R$ 10,5 bilhões em gastos com subsídios ao diesel da meta fiscal deste ano.

Com a revisão, a contenção de despesas caiu de R$ 16,1 bilhões para R$ 12,63 bilhões. A projeção de déficit primário efetivo piorou e subiu de R$ 67,26 bilhões para R$ 76,98 bilhões.

Os dados constam no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, divulgado na noite dessa terça pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O documento, que orienta a execução do Orçamento, também aponta aumento nas estimativas de receitas e despesas, com impacto dos gastos extraordinários para conter os preços dos combustíveis.

NÚMEROS

- Liberação de despesas: R$ 3,43 bilhões;
- Contenção total: R$ 12,63 bilhões;
- Contingenciamento: R$ 12,32 bilhões;
- Bloqueio: R$ 304,3 milhões;
- Déficit primário efetivo previsto: R$ 76,98 bilhões;
- Gastos excluídos da meta fiscal: R$ 76,98 bilhões, mesmo valor do déficit primário;
- Receita total estimada: R$ 3,249 trilhões, alta de R$ 27,73 bilhões;
- Receita líquida estimada: R$ 2,605 trilhões, alta de R$ 18,3 bilhões;
- Despesas totais previstas: R$ 2,694 trilhões, alta de R$ 26,7 bilhões.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

A redução da contenção foi possível após a sanção presidencial da lei do ajuste fiscal, que autoriza o governo a retirar da meta de resultado primário até R$ 10,5 bilhões em despesas com subvenções ao diesel.

Sem essa autorização, a equipe econômica teria de realizar uma contenção adicional de aproximadamente R$ 7 bilhões para cumprir a meta fiscal de 2026.

O governo também revisou para baixo algumas despesas obrigatórias, o que permitiu reduzir o bloqueio de recursos. Entre os gastos com previsão menor estão:

- Benefícios previdenciários;
- Pessoal e encargos sociais;
- Subsídios, subvenções e Proagro.

Com a revisão, o bloqueio caiu de R$ 2,4 bilhões para R$ 304,3 milhões. O contingenciamento foi reduzido de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,32 bilhões.

DÉFICIT MAIOR

Apesar da liberação de recursos, a previsão para o resultado primário efetivo piorou. Em setembro, o governo estimava déficit de R$ 67,29 bilhões. No relatório mais recente, a projeção passou para R$ 76,98 bilhões.

O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública. Quando as despesas superam a arrecadação há déficit, que contribui para o aumento do endividamento.

A projeção considera os gastos que ficam fora da meta fiscal, como despesas extraordinárias com subsídios aos combustíveis e alguns gastos em saúde, educação e defesa, também avaliados em R$ 76,98 bilhões.

O valor do abatimento é idêntico ao da previsão de déficit primário porque para cumprir a meta do arcabouço fiscal, o governo é obrigado a fazer um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Com a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, para cima ou para baixo, o resultado pode chegar a zero em 2026.

Sem as exclusões, o resultado primário projetado seria um déficit de R$ 89,31 bilhões. Com o abatimento dos gastos autorizados, o valor considerado para a verificação da meta fica em R$ 12,32 bilhões negativos, dentro da margem de tolerância.

GASTOS COM DIESEL

As despesas com subsídios aos combustíveis aumentaram devido às medidas adotadas pelo governo para reduzir os impactos da alta internacional do petróleo sobre os preços domésticos.

Os créditos extraordinários destinados a essas políticas não entram no limite de despesas do arcabouço fiscal, mas são contabilizados na meta de resultado primário. Por isso, a lei sancionada nessa terça-feira autorizou a exclusão de até R$ 10,5 bilhões desses gastos da meta de 2026.

No relatório do quinto bimestre, os créditos extraordinários cresceram R$ 32,8 bilhões, chegando a R$ 76,4 bilhões. Quase R$ 30 bilhões do aumento estão relacionados às medidas para combustíveis.

RECEITAS E DESPESAS

A previsão de arrecadação total subiu R$ 27,73 bilhões em relação ao relatório de setembro, chegando a R$ 3,249 trilhões. A receita líquida, após as transferências legais a estados e municípios, aumentou R$ 18,3 bilhões, para R$ 2,605 trilhões.

Entre os principais fatores que contribuíram para a revisão estão:

- Petróleo: previsão de receitas passou de R$ 160,1 bilhões para R$ 174,7 bilhões;
- Dividendos das estatais: estimativa de arrecadação subiu para R$ 55,3 bilhões;
- Precatórios cancelados: devolução de valores pagos anteriormente pela União;
- Receitas administradas: redução nas estimativas de arrecadação de tributos ligados à atividade econômica.

A previsão de despesas totais aumentou R$ 26,7 bilhões, para R$ 2,694 trilhões. O principal fator foi a ampliação dos créditos extraordinários destinados às medidas de combustíveis.

META FISCAL

A meta de resultado primário para 2026 prevê superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R$ 34,3 bilhões. A legislação, porém, estabelece uma margem de tolerância que permite resultado zero sem descumprimento da meta.

O relatório do quinto bimestre considera esse limite inferior para calcular a necessidade de contingenciamento.

A equipe econômica também informou que as novas regras do pacote fiscal, que permitem contingenciar gastos para buscar o centro da meta, ainda estão sob consulta jurídica e não foram consideradas na avaliação divulgada nessa terça-feira.

BLOQUEIO

O governo utiliza dois instrumentos para ajustar o Orçamento ao longo do ano: bloqueio e contingenciamento. Embora ambos possam resultar na retenção temporária de recursos, têm objetivos diferentes.

- Bloqueio: aplicado quando as despesas projetadas ultrapassam o limite de gastos do arcabouço fiscal. Nesse caso, o governo precisa reduzir despesas discricionárias para compensar o aumento de gastos obrigatórios.
- Contingenciamento: usado quando há risco de descumprimento da meta de resultado primário, geralmente por frustração na arrecadação. O instrumento limita temporariamente empenhos e pagamentos para adequar as despesas à previsão de receitas.

As duas medidas podem ser adotadas simultaneamente, caso o governo enfrente aumento de despesas obrigatórias e queda na arrecadação.

60 DIAS

TCU pedem adiamento de processo sobre canal do Porto de Santos

JOÃO CAIRES/AE

Três ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) pediram ontem o adiamento por 60 dias da análise de processo que apura possíveis irregularidades na licitação para execução das obras de aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Santos (SP). Os pedidos foram apresentados por Benjamin Zymler, relator do caso, Rodrigo Pacheco e Odair Cunha.

Zymler justificou o pedido de vista pela existência de controvérsia em torno do tema, que já é objeto de outros processos no próprio TCU e de uma ação em tramitação no Judiciário.

O ministro também destacou que o contrato com a empresa vencedora da licitação já foi assinado e classificou o caso como um exemplo típico de disputa entre empresas privadas por contratos públicos.

"Existe processo similar a este na relatoria do ministro Rodrigo Pacheco. Mas não somente isso, também existe mandado de segurança na Justiça Federal que foi indeferido e segue em grau de recurso e, relativamente a este processo, já existe contrato assinado com a empresa vencedora da licitação.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

HLOG SP6 Empreendimentos e Participações Ltda - CNPJ: 64.078.547/0001-92, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo n° 000230.001196/2026-93, Licença Ambiental Municipal para Implantação de Galpão Logístico, localizado a Avenida, 20 de Janeiro s/n°- Ilha do Governador/RJ

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.127/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO (FIO DE SUTURA DE POLIGLACTINA, FIO DE SUTURA E OUTROS) - (24 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.017983/2025-55. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 07/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 115/2026

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 115/2026** no dia 08/12/2026 **às 13h00min**. - **Objeto**: **Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, Purificador de Água Refrigerado e Aquisição de Bebedouro (**Ar-condicionado de Janela Convencional – 7.500 BTU/h; Ar-condicionado Split Piso/Teto Convencional – 36.000 BTU /h; Bebedouro Industrial Vertical 100 Litros etc.) **Processo nº. 33409.009687/2026-52**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EDIOURO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE 33.3.0026701-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: O Conselho de Administração da companhia **EDIOURO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), na forma do Artigo 122 da Lei n.º 6.404/76, convoca os seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 30/11/2026, às 10:30 horas, em formato híbrido, por videoconferência, por meio de link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas, bem como na sede da Companhia, no endereço localizado na Avenida Rio Branco, n.º 115, 12º andar, conjuntos 1201, 1202, 1203, 1204 e 1205, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: *(i)* Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação ("Protocolo") de Incorporação da Editora Nova Fronteira Participações S.A. ("Incorporada") pela Companhia; *(ii)* Examinar, discutir e deliberar sobre o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, a valor contábil ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* Deliberar sobre a efetiva incorporação da Incorporada pela Companhia, sem o aumento de capital e emissão de novas ações da Companhia ("Incorporação"); e *(iv)* Aprovar ajustes de natureza exclusivamente redacional ao Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/10/2026, e sua consolidação. Os documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Companhia e mediante solicitação ao endereço eletrônico juridico@ediouro.com.br. Após a realização da Assembleia Geral Extraordinária e deliberação das matérias, os acionistas assinarão a ata digitalmente via plataforma ProJuris. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. Rio de Janeiro/RJ, 19/11/2026. **JORGE RODRIGUES CARNEIRO -** Presidente do Conselho de Administração.

INDENIZAÇÃO

STF mantém exigência prévia de valor em ações trabalhistas

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por 7 a 2, a regra que obriga o trabalhador a apresentar o valor da indenização pretendida em ações movidas na Justiça do Trabalho. O julgamento foi realizado ontem. Na prática, a norma impõe ao trabalhador o ônus de apresentar o valor do pedido logo no início do processo, antes da produção de provas, sob pena de extinção do processo. A indenização determinada pela Justiça, em caso de condenação, não pode ultrapassar o valor indicado.

A Corte, porém, fixou hipóteses em que a indicação do valor pode ser considerada uma estimativa, sem limitar a quantia da condenação, e proibiu a extinção do processo sem dar oportunidade para o trabalhador corrigir a petição. Os ministros também definiram que a decisão tem efeitos somente para o futuro

A norma foi prevista na reforma trabalhista de 2017 com o objetivo de diminuir o número de processos e desafogar a Justiça do Trabalho.

A exigência foi questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo a entidade, não é razoável pedir ao trabalhador que apresente dados que estão sob custódia do empregador. Entidades também sustentam que a norma prejudica o trabalhador porque o valor apresentado no início do processo se torna o teto da condenação.

O argumento é que a norma é um obstáculo ao acesso à Justiça. "A reforma configura grave retrocesso ao direito de acesso à Justiça, dificultando significativamente a atuação do empregado em juízo - quem, repise-se, é a parte hipossuficiente na Justiça do Trabalho", sustenta a OAB na petição ao Supremo.

A tese proposta pelo relator, Cristiano Zanin, é que o valor pode ser considerado uma estimativa nos casos em que não for possível determinar uma quantia exata no momento do ajuizamento da ação. Além disso, a tese diz que a falta de dados não pode levar à imediata extinção da ação - antes, o trabalhador deve ter oportunidade de corrigir a petição.

"A antecipação dos cálculos para o momento inicial da ação não configura óbice ao acesso à jurisdição, pois não impede o ingresso de qualquer pessoa à Justiça do Trabalho. A liquidez da reclamação trabalhista auxiliará na diminuição da chamada litigância abusiva, o que desafogará em parte a Justiça do Trabalho", afirmou o ministro.

O voto de Zanin foi acompanhado pelos ministros André Mendonça, Kássio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Para Mendonça, a definição do valor permitirá um tramitação mais célere das reclamações trabalhistas. "Dentro dessa perspectiva também se favorece uma melhor avaliação do que é litigância abusiva e a compreensão da lide pelo próprio magistrado, que terá parâmetros mais objetivos para analisar a discussão e os valores correspondentes", afirmou.

O ministro Flávio Dino divergiu em parte e propôs que a petição inicial deve conter apenas uma estimativa dos valores, que não pode limitar a condenação final. Ele foi acompanhado pelo presidente do Supremo, Edson Fachin.

Nota

CERON: IMPACTO NO IPCA SERIA DE PELO MENOS 1 PP SEM SUBVENÇÃO A COMBUSTÍVEIS

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou ontem, que, sem a subvenção aos combustíveis, o impacto do aumento do preço do petróleo no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seria de pelo menos 1 ponto porcentual (pp). Ceron afirmou que, sem as medidas, o diesel e a gasolina teriam superado R$ 10, o que classificou como um "cenário difícil do ponto de vista social e das cadeias logísticas". O secretário-executivo participou de coletiva sobre Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2026. Ao ser questionado novamente sobre a nova rodada de tarifas sobre importações brasileiras proposta há pouco pelo governo dos Estados Unidos, Ceron frisou que precisaria de mais detalhes para fazer uma avaliação técnica sobre o assunto, o que não foi possível já que a divulgação do assunto ocorreu enquanto a coletiva sobre o bimestral já estava em curso. Inquirido se foi surpreendido pela possibilidade de novas tarifas, Ceron disse que ele, como secretário-executivo, não estava ciente de que isso aconteceria, mas frisou que isso não quer dizer que a Fazenda ou o governo não tinham conhecimento prévio do tema.



PRIMAVERA: Nublado e com chuva de manhã. À tarde e à noite pode chover. Manhã Tarde Noite 24º 17º 95% 05:13 18:40

CPTM

Quatro meses após incêndio, empresa volta a assumir linha

GONÇALO JUNIOR/AE

Um curto-circuito em um cabo de aço em um trem, agravado pela falha de uma subestação elétrica construída em 1955, provocou o incêndio em uma composição da Linha 12-Safira em 23 de julho. A divulgação das causas do acidente foi feita ontem, véspera da retomada da operação comercial das linhas 11-Coral e 12-Safira pela Trivia Trens.

A concessionária volta a assumir o controle dos ramais sem a supervisão direta da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), quatro meses depois de ter sido afastada pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). O motivo foi uma sequência de falhas nos primeiros dias de operação.

As justificativas que mostram as causas do incêndio fazem parte de um relatório da Comissão Permanente de Segurança (Copese), órgão interno das operadoras de transporte sobre trilhos de São Paulo.

Segundo o documento, o cabo que entrou em curto-circuito deveria suportar 300 mil quilômetros de operação, mas se rompeu antes de atingir 100 mil quilômetros.

O problema ganhou maiores proporções, pois a subestação Sebastião Gualberto, construída em 1955, de acordo com a concessionária, não interrompeu o fornecimento de energia. Isso provocou uma elevação de energia, que levou ao rompimento da rede aérea e ao desligamento do sistema elétrico. Passageiros precisaram desembarcar e caminhar pelos trilhos.

Segundo Claudio Andrade, CEO da Trivia, os cabos foram substituídos e os trens passaram por várias inspeções nos últimos meses. A empresa também afirma ter intensificado os procedimentos de acompanhamento da infraestrutura.

"Cada um desses eventos isoladamente não gera um problema dessa natureza. Atuamos para evitar cada uma dessas ocorrências. Todos os trens foram inspecionados e todos os cabos foram substituídos Agora a inspeção é mais constante", afirmou.

Durante a operação comercial assistida, prevista em contrato por 12 meses, as atividades continuam sob fiscalização da Artesp, inclusive de forma presencial.

A mudança que começa hoje, encerra a etapa de acompanhamento direto da CPTM nas linhas 11 e 12, iniciada após o acidente de julho.

A Trivia já havia retomado, em 26 de outubro, a operação comercial da Linha 13-Jade e do Expresso Aeroporto. Desde então, assumiu gradualmente as atividades das linhas 11 e 12, ainda sob supervisão da CPTM.

FALHAS

A Trivia venceu, em março de 2025, o leilão do Lote Alto Tietê, que reúne as linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, além do Expresso Aeroporto.

Problemas registrados na primeira tentativa de assumir integralmente levantaram questionamentos sobre a preparação da empresa e a fiscalização do poder público.

A concessionária assumiu pela primeira vez a operação comercial das linhas do Lote Alto Tietê em 21 de julho. Nos dias seguintes, foram registradas falhas operacionais, problemas de circulação e superlotação. A situação se agravou em 23 de julho, quando um trem da Linha 12-Safira pegou fogo perto da Estação Tatuapé, na zona leste da capital.

O episódio provocou a interrupção da circulação nas linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, além de afetar o Expresso Aeroporto.

No dia seguinte, 24 de julho, a Artesp determinou o afastamento cautelar da concessionária da operação exclusiva por até 90 dias A CPTM voltou a responder pelo serviço, enquanto a Trivia acompanhava as atividades e realizando treinamentos. A empresa apresentou um plano de ação para situações de emergência validado pela Artesp.

O acidente também motivou cobranças do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e a abertura de um inquérito civil pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP).

IPT fará perícia sobre incêndio

Paralelamente à retomada da operação, a Artesp autorizou a contratação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para realizar uma perícia sobre o incêndio de julho. O contrato, no valor de R$ 745,88 mil, prevê prazo de execução de 90 dias.

O objetivo é aprofundar a investigação das causas do acidente ferroviário e compreender os fatores que contribuíram para a ocorrência. O trabalho do IPT será uma etapa adicional de apuração, distinta do relatório elaborado pela Copese, como explica André Isper, presidente da Artesp.

"O objetivo não é criticar o relatório da Copese, mas sim validar as conclusões para o que não deve ser feito. A intenção é trazer mais segurança interna para a agência".

DOENÇA

SP encerra surto de sarampo após 12 semanas sem casos

BÁRBARA MARQUES/AE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo anunciou o encerramento do surto de sarampo após 12 semanas sem novas infecções ligadas às cadeias de transmissão identificadas. O último paciente confirmado apresentou sintomas em 28 de agosto.

Em 2026, foram registrados 41 casos da doença no Estado: 37 na capital, dois em São Bernardo do Campo, um em Guarulhos e um em Santo André. Segundo a secretaria, todos os pacientes se recuperaram.

Ainda de acordo com a pasta, o trabalho de vigilância continua, com investigação de suspeitas e acompanhamento de contatos. "É fundamental manter a vigilância e ampliar a adesão à vacinação", afirma Tatiana Lang D'Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica, em nota à imprensa.

Em setembro, a cobertura da primeira dose da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, chegou a 96,90% no Estado, acima da meta de 95%. A segunda dose, porém, permanece abaixo do ideal, com cobertura de 84,85%.

QUEM DEVE SE VACINAR?

A vacina tríplice viral está disponível gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde e é aplicada da seguinte forma:

- Crianças: primeira dose aos 12 meses e segunda dose aos 15 meses.

- Pessoas de 15 meses até 29 anos: devem ter duas doses comprovadas, com intervalo mínimo de 30 dias.

- Pessoas de 30 a 59 anos: devem ter pelo menos uma dose comprovada.

- Trabalhadores da saúde: precisam ter duas doses comprovadas, independentemente da idade.

Quem não possui o esquema completo, não se lembra de ter tomado a vacina ou perdeu a caderneta deve buscar o serviço de saúde para avaliar a situação e atualizar a vacinação.

2027

Fuvest vai fiscalizar óculos de candidatos na 2ª fase do vestibular

ADRIANA VICTORINO/AE

A Fuvest anunciou que irá fiscalizar os óculos utilizados por candidatos da segunda fase do Vestibular 2027, marcado para os dias 6 e 7 de dezembro. Caso a equipe identifique óculos inteligentes, o objeto será retido pela organização até o fim da prova.

Os óculos com inteligência artificial são capazes de interpretar imagens, responder a comandos de voz, tirar fotos e até conectar o usuário a uma pessoa que possa ajudá-lo remotamente. O objetivo da fiscalização é garantir que haja isonomia entre os participantes.

Além dos óculos inteligentes, a Fuvest também proíbe a utilização de relógio, calculadora, telefone celular, computador, boné ou similares, fone de ouvido, compasso, corretivo, papel para anotações e canetas que não sejam a esferográfica.

DIVULGAÇÃO



Os candidatos podem levar outros itens como garrafa de água, alimentos leves, lápis ou lapiseira, borracha, apontador, régua transparente e itens médicos autorizados com antecedência. Os participantes também devem levar um documento de identificação, físico ou digital, e caneta azul ou preta de corpo transparente

As provas serão aplicadas na capital paulista e em mais 22 cidades do Estado de São Paulo, além da capital cearense, Fortaleza, novidade desta edição. A segunda fase terá questões discursivas e uma redação.

No domingo, dia 6, os vestibulandos responderão a dez questões discursivas de Português, envolvendo interpretação de textos, gramática e literatura, além de produzir uma redação. Os candidatos poderão escolher entre dois formatos de redação: dissertativo-argumentativo ou narrativo. As duas propostas serão elaboradas a partir de uma mesma coletânea de textos.

Na segunda-feira, 7, os candidatos responderão a 12 questões discursivas sobre conteúdos de duas a quatro disciplinas específicas, de acordo com a carreira escolhida.

Para os cursos de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais, as provas de competências específicas ocorrerão de 8 a 11 de dezembro. A primeira chamada para matrícula será divulgada em 26 de janeiro de 2027.

CLIMA

Quinto dia consecutivo de chuva em São Paulo

Uma mulher ficou ferida e diversas famílias precisaram deixar suas casas após o desabamento de uma residência na Vila Maria, na zona norte de São Paulo, na terça-feira. O incidente ocorreu por volta das 16h, na Rua do Imperador.

Segundo as equipes de resgate, a vítima foi encontrada sob os escombros com diversas fraturas. Ela recebeu os primeiros socorros no local e foi encaminhada ao Pronto-Socorro do Mandaqui. O estado de saúde dela não foi atualizado.

Ao todo, 17 imóveis passaram por interdição total: cinco residências, dez apartamentos, uma zeladoria e uma academia. Outros dois imóveis sofreram interdições parciais. Com a medida, os moradores atingidos ficaram desalojados.

Por medida de segurança e risco estrutural na vizinhança, a Defesa Civil Municipal realizou uma série de bloqueios na região

OCORRÊNCIA

Em outra ocorrência registrada na capital, durante a madrugada de ontem, uma árvore caiu sobre um veículo na Avenida 23 de Maio após o carro se envolver em uma colisão.

O ocupante do automóvel ficou ferido, foi socorrido pelas equipes de emergência e levado para um pronto-socorro da região.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 3.53.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do *"Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda."* conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **i.** Aprovar previamente a liberação extraordinária, à Devedora, dos recursos excedentes retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de novembro de 2026 ("PMT nov.2026") (exclusive) até a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de dezembro de 2026 ("PMT dez.2026") (inclusive), prevista para 05 (cinco) dias úteis antes da data de pagamento de dezembro de 2026, a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis contados da data de verificação da PMT dez.2026, após a recomposição do Fundo de Despesas nos termos do item (iv) abaixo; **ii.** Aprovar previamente a liberação extraordinária, à Devedora, dos recursos excedentes retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação referente à PMT dez.2026 (exclusive) até a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de janeiro de 2026 ("PMT jan.2027") (inclusive), prevista para 05 (cinco) dias úteis antes da data de pagamento de janeiro de 2027, a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis contados da data de verificação da PMT dez.2026, após a recomposição do Fundo de Despesas nos termos do item (iv) abaixo; **iii.** Aprovar a contratação, às expensas do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 14.3.1, inciso (xiv), do Termo de Securitização, de assessor legal a ser escolhido pelos Titulares dos CRI dentre as propostas a serem apresentadas na AGT; **iv.** Aprovar a utilização dos recursos do Fundo de Despesas para o pagamento dos honorários iniciais e mensais do assessor legal contratado nos termos do item (iii) acima, bem como a recomposição do Fundo de Despesas com os recursos recebidos mensalmente na Conta do Patrimônio Separado, observada a ordem de Prioridade de Pagamentos prevista na Cláusula 15.1.1 do Termo de Securitização, em especial seu inciso (vii), previamente à liberação de eventuais recursos excedentes à Devedora; e **v.** Aprovação da alteração da Cláusula 12.14.6 do Termo de Securitização, para que passe a vigorar com a seguinte redação: *"Consulta Formal. As deliberações de Assembleia Geral de Titulares de CRI poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos investidores, observado que nesse caso deve ser concedido aos investidores prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação, devendo observar os termos previsto neste Termo de Securitização, e nos termos da resolução CVM 60."* Fica consignado que a liberação extraordinária tratada nos itens (i) e (ii) acima ocorre sem observância da Cláusula 15.1.1, inciso (viii), do Termo de Securitização, pela Devedora. Fica consignado também que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticar todo e qualquer ato, bem como a celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem aprovadas acima. As propostas de honorários de assessores legais relativas ao item (ii) da Ordem do Dia serão disponibilizadas pela Emissora durante a AGT, motivo pela qual ficará vedado envio de instrução de voto para a referida deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Sinart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, com exceção do item (ii) da Ordem do Dia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 25 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Séries, da 39ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Marcos Augusto Pereira Vale.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Investidores será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 7.2, item (i), da CPR-F, em razão do descumprimento da obrigação de entrega anual do laudo de avaliação atualizado dos Imóveis, prevista na Cláusula 2.3.3 do *"Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças"*, celebrado em 10 de março de 2023 ("Contrato"), bem como a concessão do prazo de 30 (trinta) dias, contados da celebração desta Assembleia, para envio do referido laudo pela Emitente, cujo custo será suportado pela Securitizadora, com recursos do Fundo de Despesas, nos termos da Cláusula 15.1, item (xix), do Termo de Securitização. Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA (Mapeva) (39)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Considera-se a data de publicação a mesma da publicação do jornal.

São Paulo, 24 novembro de 2026. **Alejandro Merino -** Diretor de Securitização

MONTE ALEGRE DO SUL

Mãe e bebê morrem em deslizamento de terra no interior de SP

Um deslizamento de terra ocorrido por volta das 4h de ontem, matou uma mulher de 21 anos e o filho dela, de apenas um ano, na zona rural de Monte Alegre do Sul, no interior de São Paulo.

O caso aconteceu na Estrada Vicinal Nelson Nassif, no Sítio Novo Mundo, bairro dos Limas. De acordo com a Defesa Civil Municipal, cinco pessoas estavam na casa quando parte da estrutura desabou, soterrando Tabata Raíssa Casagrande de Araújo e Henry Felipe Honório de Araújo. Chuvas ocorriam na região.

O Samu e o Corpo de Bombeiros atenderam à ocorrência e confirmaram as mortes no local antes da retirada dos corpos.

FRENTE FRIA

Para os próximos dias, a previsão aponta que instabilidade do clima deve continuar no Estado de São Paulo. Uma frente fria avança pelo litoral paulista até hoje. Na quinta-feira, o tempo se mantém instável com chuvas intermitentes e derruba as temperaturas em relação aos dias quentes anteriores, enquanto a tendência para o fim de semana indica redução gradual na intensidade das chuvas.

Manhã Tarde Noite 27º 22º 95% 05:00 18:20 **PRIMAVERA:** Chuvoso durante o dia e à noite.

SEGUNDO TURNO

STF marca julgamento sobre eleições para 4 de dezembro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin pautou para 4 de dezembro o julgamento da nova ação que pede a realização de segundo turno das eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro.

O caso será analisado em sessão virtual do plenário e ficará aberto para votação até 15 de dezembro.

O colegiado vai julgar definitivamente o processo no qual o PSD, partido do candidato ao governo do Rio Eduardo Paes (**foto**), pede para suspender a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que anulou os votos obtidos pelo candidato Anthony Garotinho (Republicanos) e determinou a retotalização dos votos para o cargo de governador do Rio de Janeiro. A medida permitiu que Douglas Ruas (PL) fosse declarado eleito no primeiro turno.

Em outubro, Zanin, que é relator do caso, rejeitou o primeiro pedido do partido para suspender a decisão do TSE.

Para o PSD, a realização de segundo turno deve depender exclusivamente dos votos dos eleitores, não de "eventos processuais".

"A interpretação impugnada, contudo, mantém aberta outra via para o mesmo resultado: quem sabe que terá o registro negado pode manter-se na urna, captar votos e aguardar que a anulação definitiva retire esses votos da base", argumenta o partido.

TOMAZ SILVA/ABRASIL



DOENÇA

Rio recebe nesta semana novas doses de vacina contra a mpox

DOUGLAS CORREI/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio informou que mais de 8 mil pessoas foram vacinadas contra a mpox com todas as doses enviadas pelo Ministério da Saúde desde a retomada da imunização no dia 6 de novembro. No momento, os estoques da vacina no município estão esgotados.

Em nota, o Ministério da Saúde informou que está disponibilizando nesta semana vacinas suficientes para até 10 mil aplicações na capital.

"Essa nova remessa será destinada prioritariamente à aplicação da segunda dose em pessoas que já iniciaram o esquema vacinal, que prevê duas doses com intervalo de 28 dias. No dia 18 de novembro, o Ministério da Saúde havia enviado frascos para até 5 mil aplicações".

Para reforçar o estoque nacional, o Ministério da Saúde garantiu, por meio do Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a aquisição de 25 mil doses - todo o estoque disponível. A vacina enfrenta escassez mundial, com apenas um laboratório produtor na Dinamarca pré-qualificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O texto diz ainda que "conforme as diretrizes da OMS, a vacinação contra mpox é direcionada a grupos com maior vulnerabilidade ou risco de exposição à doença: pessoas vivendo com HIV/aids com contagem de CD4 inferior a 100 células/mm³; pessoas vivendo com HIV com CD4 inferior a 200 células/mm³, usuários de PrEP, profissionais de laboratório que manipulam amostras de mpox e pessoas de 18 a 49 anos após exposição de médio ou alto risco a casos suspeitos, prováveis ou confirmados".

CRIME SEM CASTIGO

Júri de Kathlen Romeu é adiado para dia 8 de março de 2027

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro informou ontem que o julgamento dos policiais militares Rodrigo Correia de Frias e Marcos Felipe da Silva Salviano, acusados de matar Kathlen Romeu, de 24 anos, grávida de 13 semanas, foi adiado de hoje para o dia 8 de março de 2027.

O advogado da família de Kathlen, Rodrigo Mondego, assistente de acusação que deverá atuar ao lado do Ministério Público no julgamento, postou em seu Instagram que o motivo foi o falecimento da mãe do advogado de um dos réus.

Kathlen foi atingida por tiros de fuzil enquanto caminhava com a avó em uma rua movimentada no bairro Lins de Vasconcelos, na zona norte da cidade, em 8 de junho de 2021.

"O caso da Kathlen é simbólico, pois os policiais decidiram atacar criminosos e, em uma ação equivocada, acabaram matando uma pessoa inocente, uma mulher que fez absolutamente tudo certo na vida, estudou, terminou a faculdade, estava se casando, engravidou do seu companheiro e tinha acabado de comprar uma casa própria", disse Mondego.

Os réus já foram condenados por fraude processual, por alterarem a cena do crime, em março de 2026, pela Justiça Criminal. Eles foram condenados a dois anos em regime aberto e aguardam o novo julgamento em liberdade

CLIMA

Com alerta de chuvas fortes, Rio suspende aulas na rede pública

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Com alerta de fortes chuvas, o governo do Rio de Janeiro suspendeu as aulas em toda a rede estadual desde as 17h. A Faetec, a Universidade do Estado do Rio (Uerj) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também suspenderam as aulas ontem.

A Defesa Civil Estadual enviou durante a tarde alertas, via celular, para os moradores dos municípios de Sapucaia e São Gonçalo. Nas cidades de Teresópolis, Magé e Barra do Pirai, as sirenes foram acionadas.

Há possibilidade de alertas de risco de deslizamentos em todas as regiões fluminenses, principalmente para região serrana do Rio e na Costa Verde, nas cidades de Paraty e Angra dos Reis.

Para as próximas horas, a previsão é de céu parcialmente nublado a nublado, com chuva moderada a forte, podendo ser pontualmente muito forte. Há possibilidade de raios e rajadas de vento moderadas a fortes.

Hoje, a passagem de uma frente fria deve manter o tempo instável, com previsão de chuva moderada a forte a qualquer momento do dia, além de queda nas temperaturas.

O aviso de tempo instável com grande volume de chuvas é válido até amanhã.

ALIMENTOS

Anvisa determina apreensão de suplementos

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de todos os suplementos alimentares à venda na empresa Vinicius Morais Advisor Empresarial Ltda. Os produtos são comercializados na loja Four Fitness Suplementos, na plataforma Shopee, e incluem produtos das marcas Growup, Grouth Labs e FK.

A resolução foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. Em nota, a Anvisa informou que as empresas Hilê Indústria de Alimentos e Absolut Indústria, Comércio e Serviços Ltda., citadas como supostas fabricantes dos suplementos, não reconhecem os produtos em questão.

VIOLÊNCIA

Acusado de espancar professor André Aires no centro vira réu

A Justiça do Rio de Janeiro informou, ontem, que aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público do estado contra Victor Hugo de Araújo Palmeira, um dos acusados de agredir o professor, ator e escritor André Luís Oliveira, conhecido como André Aires. Ele foi espancado no centro do Rio no dia 15 de novembro.

Victor Hugo, que está preso preventivamente, se tornou réu e, de acordo com a Justiça, vai responder por tentativa de homicídio por motivo torpe, entre outras qualificadoras. O homem é o único preso pelas agressões até o momento.

A decisão de torná-lo réu é da juíza titular da 1ª Vara Criminal da Capital, Alessandra da Rocha Lima Roidis, que afirmou que há prova contra ele pela prática dos crimes. Para a magistrada, a prova da existência do crime, bem como os indícios de autoria, estão demonstrados pelos elementos de informação trazidos ao processo.

ENTENDA

André Aires foi espancado por um grupo de homens no centro do Rio de Janeiro depois de ter impedido e denunciado a agressão de um deles contra uma mulher. O professor estava passeando com os cachorros junto com o namorado.

O caso ocorreu à luz do dia e no meio da rua, nas proximidades da Praça da Cruz Vermelha. A mulher que era alvo das agressões conseguiu fugir do agressor, mas o professor levou sucessivos golpes, como socos e chutes.

Durante a sequência de ataques registrada por câmeras na região, o grupo também agrediu uma mulher na rua.

O professor sofreu traumatismo craniano, perfuração no pulmão e múltiplos ferimentos. Além disso, foi alvo de ofensas homofóbicas e xingamentos. Ele foi internado no Hospital Municipal Miguel Couto, na zona sul da cidade.

André Aires tem 42 anos e é professor de incentivo à leitura na rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Atuou ainda como substituto na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ESTADO DE SAÚDE

Segundo o último boletim de acompanhamento médico de André, divulgado ontem, ele continua em estado grave e inspira cuidados. O professor apresentou sinal de infecção, identificado pela presença de secreção no dreno torácico.

Diante disso, a equipe médica decidiu deixá-lo novamente sob sedação, mantendo-o em um sono induzido, para proporcionar maior conforto e permitir que seu organismo se recupere melhor neste momento.

Ele segue com o auxílio da ventilação mecânica, que será ajustada enquanto estiver sedado. A função dos rins permanece boa, e a anemia apresentada na terça-feira passada foi corrigida.

ERVAS

Anvisa proíbe venda de 94 produtos das marcas Terra Rica e Mercatto

BÁRBARA MARQUES/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu ontem, a venda, a distribuição e a propaganda de 94 produtos alimentícios das marcas Terra Rica e Mercatto. A medida inclui especiarias, ervas desidratadas, condimentos e misturas de temperos fabricados pela Terra Rica Empacotadora e Distribuidora Ltda.

Segundo a agência, uma inspeção sanitária identificou que os rótulos não apresentavam ou traziam de maneira inadequada as declarações obrigatórias sobre ingredientes alergênicos e glúten, o que compromete a segurança de consumidores com alergias alimentares e doença celíaca. A fiscalização também constatou que a fabricante não possui um Programa de Controle de Alergênicos.

A empresa iniciou o recolhimento voluntário dos produtos e foi procurada pelo Estadão para comentar a decisão, mas ainda não se manifestou. O espaço segue aberto.

A decisão abrange os lotes fabricados entre maio de 2024 e maio de 2026.

Entre os itens da Mercatto estão lemon pepper, chimichurri picante, cebola e salsa, canela em pó e em rama, cúrcuma, alho em flocos, pimentas, pápricas e orégano.

Na marca Terra Rica, a relação inclui temperos para bifes, frango, peixes, omeletes, risoto e pizzas, além de curry, cominho, colorau, coentro, alecrim, gengibre em pó, mostarda, louro e sal rosa do Himalaia.

Nota

MAIS DE 100 SÃO PRESAS EM OPERAÇÃO NO RIO CONTRA FORAGIDOS POR CRIMES PATRINONIAIS

A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro deflagrou, ontem, mais uma fase da Operação Espoliador, contra foragidos da Justiça por crimes patrimoniais. Até as 8h, pelo menos 112 pessoas foram presas. Crimes patrimoniais são aqueles que atentam contra o patrimônio de uma pessoa ou empresa, como furto, roubo e estelionato. Nem todos os detidos são foragidos. Segundo a corporação, a ação ocorre em todo o Estado e mobiliza agentes dos departamentos-gerais da capital, da Baixada Fluminense e do interior, além de equipes do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DGPE) e do Departamento-Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa (DGHPP). A investigação apontou que boa parte dos roubos tem relação com o tráfico de drogas. A Polícia Civil afirmou que os traficantes, além de atuar no comércio de entorpecentes, também exploram outras atividades criminosas nos territórios sob seu domínio. Junto com o cumprimento dos mandados de prisão, os policiais também realizam ações de fiscalização e repressão à receptação e à comercialização de produtos ilícitos e a crimes relacionados a veículos e aparelhos celulares. Segundo a Polícia Civil, o objetivo da operação é atingir toda a cadeia econômica que movimenta esses crimes, desde os líderes das quadrilhas até os receptadores e comerciantes envolvidos na circulação de bens de origem ilícita.

Clima

Temporais deixam mortos e desabrigados no Paraná

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

As fortes chuvas que atingem o Paraná desde o início da semana já afetaram cerca de 40 municípios e deixaram pelo menos quatro mortos. De acordo com o governo do estado, uma morte foi registrada em Verê, uma em Mato Rico e duas em Nova Esperança.

Dados da Defesa Civil do Paraná indicam que quase 11 mil pessoas foram afetadas pelos temporais. Desse total, 2,4 mil estão desalojadas e 242 estão desabrigadas. Quase 2 mil casas foram danificadas em todo o estado.

A cidade de Ampére, no sudoeste do Paraná, está entre as mais afetadas, com 3.202 pessoas atingidas, sendo que 200 estão desabrigadas. Em Santa Izabel do Oeste, distante cerca de 15 quilômetros de Ampére, a enxurrada afetou 1.355 pessoas. Desse total, 250 tiveram que ser acolhidas na casa de amigos e parentes.

Ainda de acordo com o governo do estado, também foram registrados alagamentos em Bom Jesus do Sul, Francisco Beltrão e Pranchita. Já as enxurradas provocaram danos em Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Quedas do Iguaçu, Renascença, Salto do Lontra, São João e Vitorino.

O Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Paraná emitiu, até o momento, 46 alertas à população. Desse total, 21 foram alertas de risco muito alto, com uso da ferramenta Cell Broadcast disparado para telefones de pessoas em áreas classificadas como de risco iminente.

Ciência Política

Haddad voltará a dar aulas na pós-graduação na USP

ANA MAGALHÃES/AE

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (**foto**) voltará a lecionar na Universidade de São Paulo (USP) a partir de 2027. A volta à sala de aula foi confirmada pela instituição ao Estadão.

Segundo o Departamento de Ciência Política, ele ministrará, no programa de pós-graduação, a disciplina "Acumulação primitiva, capitalismo superindustrial e classes sociais". As aulas serão às quartas-feiras, à noite.

Procurada pela reportagem, a assessoria do ex-ministro confirmou a informação.

Haddad estava licenciado da USP desde que assumiu o Ministério da Fazenda, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele deixou a pasta em março deste ano para concorrer ao governo de São Paulo.

Na última terça-feira, o ex-ministro se reuniu com Lula para discutir seu futuro no governo Lula 4. Conforme apurou o Estadão, aliados relataram que Haddad deixou o encontro convencido de que não integrará a nova gestão, embora tenha deixado claro que continuará disposto a colaborar, mesmo fora da equipe.

Após ter comandando a Fazenda e a Educação, o ex-prefeito de São Paulo só gostaria de ocupar a Casa Civil e, ainda assim, para dar um novo perfil à pasta, associado à formulação de políticas públicas. Porém, durante a reunião, Lula não teria feito nenhum convite.

A amigos, Haddad teria afirmado que cumpriu seu papel, que não irá para o governo a qualquer preço e que voltaria a dar aulas na USP no próximo ano. Interlocutores de Lula disseram, no entanto, que o presidente ainda terá uma nova conversa com ele e que, assim como o convenceu a disputar o Palácio dos Bandeirantes, pode levá-lo a aceitar outro desafio.

No atual cenário, o nome mais cotado para comandar a Casa Civil é o do líder do PT no Senado, Camilo Santana, ex-ministro da Educação e ex-governador do Ceará. Porém, Lula ainda não convidou Camilo para o posto.

Balanço

Ministério da Justiça bloqueia 4 mil celulares em presídios

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) bloqueou quase 4 mil aparelhos celulares utilizados por presos em quase 50 dias. O balanço foi apresentado ontem, durante a inauguração do Centro Nacional de Inteligência Penal (CNIP), em Brasília. Entre 13 de outubro e 24 de novembro, 3.941 aparelhos foram bloqueados administrativamente nas redes móveis.

Em 13 de outubro, decreto presidencial estabeleceu normas e procedimentos para o bloqueio administrativo de celulares utilizados irregularmente dentro dos presídios, mesmo quando os aparelhos não são apreendidos fisicamente.

"O resultado representa quase 30% dos 13.976 registros de bloqueio e apreensão, total que também inclui os 10.035 celulares apreendidos pela Operação MUTE Nacional desde 2023. O CNIP vai consolidar os dados da União, dos estados e do Distrito Federal sobre os aparelhos identificados nas prisões e os bloqueios realizados", informou o ministério.

Antes da publicação da norma, as equipes de inteligência penal já identificavam celulares em funcionamento dentro dos presídios. Mas, somente após a autorização judicial, ele era bloqueado. Com a nova regra, os estados habilitados podem solicitar o bloqueio diretamente à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com comunicação ao MJSP. O procedimento usa o IMEI, código que identifica o aparelho, para interromper seu acesso às redes móveis mesmo quando ele permanece escondido na unidade prisional.

O secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia, destacou que a medida prejudica a articulação dos criminosos, inclusive para aplicar golpes de dentro dos presídios.

O MJSP disse ainda que os aparelhos celulares, quando apreendidos, "são encaminhados aos órgãos locais de segurança pública competentes para a adoção das providências cabíveis."

CNIP

O Centro Nacional de Inteligência Penal é uma estrutura que ajuda a integrar informações de inteligência da Polícia Penal Federal e das polícias penais dos estados e do Distrito Federal. O centro integra e analisa dados, opera soluções tecnológicas e compartilha informações de inteligência, além de acompanhar operações nacionais, monitorar e dar apoio e resposta a ocorrências e situações de crise no sistema penitenciário, como rebeliões e motins.

Papel

CCJ do Senado aprova PEC sobre financiamento da União no DF

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Senado e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o artigo que define a responsabilidade da União no financiamento da segurança e de outros serviços públicos do Distrito Federal (DF).

O texto ainda precisa passar pelos plenários do Senado e da Câmara para ser incorporado definitivamente à Constituição. A PEC nº 1 de 2025 modifica o inciso XIV do artigo 21 da Carta Magna.

Atualmente, esse dispositivo determina que compete à União "organizar e manter" as forças de segurança do DF, "bem como prestar assistência financeira" à unidade federativa para "execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio".

A nova redação proposta exclui o trecho que atribui à União a responsabilidade de "organizar e manter" as forças de segurança e, no lugar, estabelece que o governo federal deve financiar o DF nessa organização e manutenção dos serviços públicos.

"(Compete à União) XIV – financiar o Distrito Federal na organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como na prestação de assistência financeira para a execução de serviços públicos, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)", diz a PEC aprovada.

Assinada por 32 senadores, a proposição tem como primeiro signatário o senador Izalci Lucas (PL-DF). O parlamentar argumenta que a mudança concede mais autonomia ao Distrito Federal, que hoje precisa de autorização da União e do Congresso Nacional para dar reajuste a servidores ou abrir novos concursos públicos.

"Hoje o único estado que tem que pedir autorização para fazer concurso público é o Distrito Federal, porque, em 1988, a gente não tinha governador eleito, era indicado. Por isso que, pela redação, compete à União manter e organizar, porque o governador era indicado pela União. Em 1990, a gente teve eleição para governador. Então, ficou essa distorção", explicou.

O relator da proposta, senador Rogério Carvalho (PT-SE), defendeu que a medida é "bastante positiva" para a capital federal, pois confere garantia e status constitucionais ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que não é expressamente citado na Constituição por ter sido instituído por lei ordinária.

O FCDF foi instituído pela Lei 10.633 de 2002, que determina que os valores repassados pelo governo federal ao Fundo devem ser corrigidos, anualmente, pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União. A Constituição de 1988 garantiu esse repasse ao DF por Brasília abrigar as sedes dos três poderes da República.

PRF Sergipe

PF apura falso pedido de doações para 'vaquinha de Bolsonaro'

GIOVANNA MASSARO/AE

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem, uma operação no âmbito da investigação sobre a invasão do perfil oficial em uma rede social da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe (PRF-SE). A invasão foi feita em 2023, quando foi publicado um pedido de doação de dinheiro. A postagem afirmava que os valores transferidos iriam para o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em Salvador e em Lauro de Freitas, na Bahia.

Segundo a investigação, não foram encaminhados valores para as contas bancárias, que foram abertas nos nomes de terceiros. As apurações foram iniciadas após uma denúncia da própria PRF, que alegou ter a conta na rede social invadida.

Em junho de 2023, a conta oficial da PRF em Sergipe publicou no Instagram uma postagem em apoio a uma "vaquinha" para Jair Bolsonaro. A legenda do post dizia que a corporação acreditava que o ex-presidente ainda era cidadão brasileiro e que merecia "todo nosso apoio como pátria".

Fraude financeira

Efeito Americanas: CCJ do Senado tipifica crime de fraude contábil

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Em resposta ao escândalo das Lojas Americanas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, projeto de lei (PL) que tipifica o crime de fraude contábil usado para esconder a real situação financeira de uma empresa com ações na bolsa de valores.

O texto prevê pena de prisão de dois a seis anos, mais multa, para quem "fraudar a contabilidade ou fornecer documentos falsos a auditoria independente, inserindo operações inexistentes, dados inexatos ou não incluindo operações efetivamente realizadas".

De autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE) (**foto**), o PL 2.091 foi apresentado em 2023 no contexto do escândalo das Lojas Americanas, com supostas fraudes estimadas em R$ 54 bilhões pela Polícia Federal (PF).

O projeto ainda prevê que o juiz do caso pode aumentar as penas previstas de metade até o dobro considerando a magnitude dos prejuízos causados, da vantagem ilícita recebida, do grau de abalo na confiança depositada no mercado financeiro ou ainda o número de vítimas da fraude.

A autora Augusta Brito argumentou que o caso das Lojas Americanas prejudicou investidores e trabalhadores e é explicado, entre outros motivos, pela falta de tipos penais na legislação para crimes cometidos nos mercados de ações.

"Os crimes ali previstos são insuficientes para punir etapas prévias à consumação de resultados tão danosos socialmente", escreveu no parecer.

Relatado pelo senador Orio-visto Guimarães (PSDB-PR), o texto foi aprovado na CCJ do Senado em caráter terminativo, ou seja, não precisa passar por análise do plenário da Casa e segue direto para votação na Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso apresentado por senadores contra a tramitação mais célere do projeto.

FARSA GOLPISTA

TCU afasta multas a Dilma e auxiliares por irregularidades

WELLTON MÁXIMO/ ABRASIL

TOMAZ SILVA/ABRASIL



Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem afastar multas à ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a ex-integrantes de sua equipe econômica por irregularidades na gestão fiscal e orçamentária de 2014. O processo, relacionado às chamadas "pedaladas fiscais", foi arquivado sem aplicação de sanções individuais.

A decisão não altera a rejeição das contas do governo daquele ano pelo tribunal. As falhas analisadas na representação haviam sido consideradas no julgamento das contas de 2014, cujo parecer contribuiu para o processo de impeachment de Dilma, em 2016.

Além da ex-presidente, eram alvo do processo o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, a atual ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, e o ex-secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin, entre outras autoridades.

RESPONSABILIDADE

O relator do caso, ministro Odair Cunha, avaliou que não havia elementos suficientes para responsabilizar individualmente os agentes com a aplicação de multas. Segundo ele, as decisões questionadas foram tomadas com base em manifestações técnicas e jurídicas e nas circunstâncias econômicas daquele período.

"Os autos não demonstram dolo ou erro grosseiro nas condutas imputadas, razão pela qual afasto a aplicação de multas", afirmou Cunha, em seu voto.

O entendimento foi acompanhado pelos demais ministros. O revisor, Jorge Oliveira, concordou com o afastamento das sanções, mas ressaltou que as irregularidades identificadas na gestão fiscal de 2014 foram graves e não deveriam ser relativizadas.

Durante a sessão, o ministro Augusto Nardes, relator das contas de governo daquele exercício, também acompanhou o voto de Cunha. Nardes lembrou que o TCU havia aprovado por unanimidade parecer prévio pela rejeição das contas de Dilma.

IRREGULARIDADES

A representação foi apresentada em dezembro de 2014 pelo então senador Aécio Neves (PSDB-MG), derrotado por Dilma na eleição presidencial daquele ano. O documento questionava decisões do Executivo relacionadas ao cumprimento da meta fiscal, à abertura de créditos suplementares e à programação de despesas da União.

Um dos principais pontos era a falta de contingenciamento de gastos no fim de 2014, apesar da previsão de frustração de receitas e do aumento de despesas obrigatórias.

Segundo a área técnica do TCU, seria necessário bloquear ao menos R$ 28,8 bilhões do orçamento para cumprir a meta fiscal então vigente. O governo, porém, não realizou o contingenciamento.

A meta original de superávit primário do governo central era de R$ 116,1 bilhões. A regra permitia descontar até R$ 67 bilhões em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerações tributárias.

Em novembro, diante da queda na arrecadação e do aumento das despesas, o governo enviou ao Congresso uma proposta para alterar a meta e permitir o desconto integral desses gastos. A mudança foi aprovada em dezembro.

O TCU apontou que a obrigação de contingenciar despesas permanecia em vigor enquanto a alteração não fosse autorizada pelo Legislativo.

CRÉDITOS E DESPESAS

O processo também examinou a abertura de créditos suplementares (remanejamentos no Orçamento) por decretos considerados incompatíveis com a meta fiscal.

Outro ponto envolveu a elaboração do decreto de programação orçamentária sem considerar alertas do Ministério do Trabalho sobre o aumento de despesas com seguro-desemprego e abono salarial, estimado em R$ 9,2 bilhões.

Também foi considerada a frustração de receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), calculada em R$ 5,3 bilhões.

A defesa de Dilma, Mantega e Miriam Belchior argumentou que os atos estavam respaldados por pareceres técnicos e jurídicos e refletiam práticas administrativas adotadas em exercícios anteriores, sem objeções do próprio TCU.

CONTAS REJEITADAS

Em 2015, o TCU recomendou a rejeição das contas do governo federal de 2014. A decisão final cabe ao Congresso Nacional, que ainda não concluiu a análise.

O julgamento desta quarta-feira tratou de objeto distinto: a possibilidade de aplicar penalidades individuais aos responsáveis pelas decisões fiscais e orçamentárias.

O tribunal manteve, portanto, o entendimento sobre a gravidade das irregularidades nas contas de 2014, mas concluiu que não estavam presentes os requisitos para aplicar multas aos agentes envolvidos.

CRIME HEDIONDO

Câmara aprova protocolo para conter racismo nas escolas

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 4887/2023, que institui um protocolo nacional de acolhimento às vítimas de racismo e estabelece medidas de resposta a esses casos em estabelecimentos de ensino, tanto públicos quanto privados.

De autoria da deputada federal Carol Dartora (PT-PR), o PL foi relatado pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que apresentou um substitutivo em plenário. Foram 320 votos favoráveis e 102 contrários e a matéria seguirá para análise do Senado Federal.

A proposta estabelece procedimentos obrigatórios para identificar, acolher e encaminhar casos de racismo, discriminação racial, injúria racial e condutas semelhantes, inclusive em ambientes virtuais relacionados à comunidade escolar.

Entre as medidas previstas estão a designação de um profissional responsável pela aplicação do protocolo em cada instituição, o acolhimento imediato das vítimas, o atendimento psicológico gratuito, a proteção contra retaliações, a comunicação às autoridades competentes, incluindo autoridade policial, nos casos mais graves, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, além da realização de atividades educativas e de reeducação dos autores das agressões, válido para estudantes e profissionais que atuam nessas instituições.

Para a deputada Carol Dartora, a aprovação do texto representa um avanço na construção de uma política nacional de enfrentamento à violência racial no ambiente escolar.

"O projeto parte do reconhecimento de que a discriminação racial não pode ser tratada como brincadeira, conflito entre estudantes ou episódio isolado. É uma forma de violência que compromete a saúde emocional, o aprendizado e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de contribuir para o afastamento e a evasão escolar", afirmou.

A deputada também defendeu que nenhuma criança ou adolescente seja obrigado a enfrentar sozinho as consequências da violência racista. Durante o debate em plenário, a relatora do projeto enfatizou a necessidade de um plano efetivo para lidar com o problema.

"Nós vamos dar proteção às crianças. Ninguém pode negar que esse país tenha racismo. Temos que ter a compreensão nessa semana da consciência negra", disse a deputada Benedita da Silva.

Se o autor da discriminação for servidor público de um estabelecimento de ensino, ele poderá responder a processo administrativo disciplinar. Pelo projeto, a escola deverá agir mesmo quando a vítima não formalizar uma queixa, desde que haja constatação da ocorrência, relato de membros da comunidade escolar ou indícios razoáveis de discriminação racial identificado por um profissional da educação.

O texto prevê formação periódica obrigatória para profissionais e medidas permanentes de valorização da diversidade cultural. Os casos de discriminação racial também deverão ser registrados em formulário padronizado, a ser definido pelo órgão responsável pela educação no respectivo estado ou município.

Parlamentares de oposição contrários ao projeto argumentaram que a iniciativa cria excesso de obrigações, dificultando sua efetividade.

"Até entendo a necessidade de apoio psicológico nas escolas, mas para esse tipo de ocorrência, de briga de menino, que se resolva inicialmente entre a equipe pedagógica, professores, direção da escola e, em casos mais graves, que seja acionada, através da delegacia de Polícia Civil, os meios competentes para apurar se houve, de fato, o crime ou ato infracional", apontou Sargento Gonçalves (PL-RN).

EMIRADOS ÁRABES

Gana é eleita na ONU Turismo e Brasil assume vice-presidência

Gana foi eleita para presidir o Conselho Executivo da ONU Turismo em 2027. A escolha ocorreu durante a 127ª reunião do colegiado ontem, nos Emirados Árabes Unidos. O país africano recebeu 19 votos, vencendo a Argentina, que teve 14 votos.

O Brasil, que deixa a presidência do conselho no biênio 2025-2026, permanecerá na vice-presidência ao longo do próximo ano, junto com a Bulgária.

Ao presidir a organização, Gana pretende defender as prioridades do turismo na África, aprofundar a cooperação internacional e promover o desenvolvimento turístico sustentável e inclusivo em escala global, bandeiras compartilhadas com o Brasil.

"Encerramos a presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo com a certeza do dever cumprido e celebramos a eleição de Gana, desejando sucesso na gestão. Seguir na vice-presidência em 2027, ao lado da Bulgária, reflete o prestígio da política externa do presidente Lula, fortalece o multilateralismo e garante que o Brasil continuará na linha de frente das decisões que moldam o futuro do turismo mundial", afirmou o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

Durante o biênio 2025-2026, a liderança brasileira priorizou temas alinhados à Agenda 2030 da ONU, sustentabilidade, agenda climática, integração do turismo com metas ambientais e o fortalecimento do ecoturismo e do turismo de base comunitária. No período 2026-2027, o Brasil conduzirá o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Turismo e Ação Climática da ONU Turismo, criado a partir de uma proposta brasileira em 2025 e que trouxe o debate da agenda climática para dentro do Conselho da ONU Turismo.

COPA DO MUNDO

Na 127ª Reunião do Conselho Executivo da ONU Turismo em Abu Dhabi, a ministra substituta do Turismo, Fernanda Norat, representando o ministro, convidou os países-membros para acompanharem a Copa do Mundo de Futebol Feminino, que será realizada no Brasil em 2027.

"Saímos de Abu Dhabi honrados pelos avanços conquistados pelo Brasil à frente do Conselho Executivo da ONU Turismo e com um convite especial a cada delegação aqui presente: em junho de 2027, esperamos vocês no Brasil para a Copa do Mundo Feminina. Será uma oportunidade única para o mundo vivenciar a força da nossa cultura, da nossa natureza e da nossa hospitalidade", declarou Fernanda Norat.

O Brasil ainda firmou um memorando de entendimento em turismo com Angola, que prevê o fomento ao turismo sustentável e regenerativo, criação de um prêmio bilateral, estruturação de roteiros de memória, ancestralidade e cultura afro-atlântica e a participação recíproca em feiras e eventos de negócios, além do lançamento de pacotes promocionais de stopover (escala) em Angola para turistas brasileiros em rotas com destino à Ásia.

RIO GRANDE DO SUL

Tupanciretã: governo Lula envia equipe e kits emergenciais

O Ministério da Saúde enviou à cidade de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, atingida por uma tempestade na última sexta-feira (20), dois kits emergenciais com medicamentos e insumos estratégicos para reforçar a assistência às vítimas.

Cada kit reúne medicamentos como antibióticos e analgésicos, além itens para curativos e têm capacidade para atender até 1,5 mil pessoas.

A cidade recebeu o apoio da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS) para retomar o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) locais atingidas pelo temporal, e também para a ampliação da assistência por meio de unidades móveis.

De acordo com o Ministério da Saúde, nesta quarta-feira (25), uma nova unidade móvel de saúde iniciou os atendimentos no bairro Chiapetta, uma das áreas mais afetadas pelo vendaval, com equipes médicas e profissionais de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS).

FARMÁCIA POPULAR

Pelo prazo inicial de 90 dias, os beneficiários poderão retirar os produtos do Programa Farmácia Popular sem apresentar documento oficial com foto ou receita médica. Será necessário preencher uma declaração disponibilizada pela própria farmácia credenciada, permitindo o acesso aos medicamentos mesmo nos casos em que os documentos tenham sido perdidos em decorrência dos alagamentos que atingiram às residências.

Também será permitida a dispensação antecipada dos itens, sem a exigência do intervalo habitual de 30 dias desde o último fornecimento, e a retirada por terceiros, mediante apresentação de procuração particular simples, sem necessidade de reconhecimento de firma.

SAÚDE MENTAL

A continuidade da assistência em saúde mental também integra a resposta emergencial em Tupanciretã. Após a destruição total da estrutura física do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o serviço foi reaberto em um módulo de campanha.

Um psicólogo está atendendo na unidade, enquanto os demais profissionais realizam visitas domiciliares e administram medicamentos aos pacientes. Há previsão de reforço da equipe com a presença de um psiquiatra.

Nota

MORAES REJEITA INDICAR RECURSOS PARA PAGAR PENDURICALHOS DO MPU

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem pedido do Ministério Público da União (MPU) para que a Corte indique a fonte de recursos para o pagamento de verbas indenizatórias (penduricalhos). Na decisão, o ministro disse que não cabe ao Poder Judiciário analisar pedidos de suplementação orçamentária. "O objeto das diversas ações julgadas (penduricalhos) não engloba analisar pedidos de suplementação orçamentária, uma vez que, as medidas administrativas e legislativas necessárias para a execução das decisões judiciais incumbe aos Poderes Executivo e Legislativo", afirmou. No mês passado, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ao ministro um pedido de esclarecimento sobre como realizar o pagamento de R$ 533 milhões em penduricalhos do Poder Judiciário e do MPU. A medida foi tomada após o Judiciário e o Ministério Público da União (MPU) constatarem que não há dinheiro previsto no Orçamento de 2026 para pagar os benefícios, que foram validados pela própria Corte. O Judiciário precisa de R$ 208,9 milhões para pagar os penduricalhos. No MP, a despesa calculada é de R$ 324 milhões. Após a repercussão do caso, o Conselho da Justiça Federal (CJF) informou que desistiu do pedido de esclarecimento. No entanto, o Ministério Público manteve o pedido de indicação de fontes de custeio. No dia 25 de março deste ano, por unanimidade, os ministros decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios (penduricalhos) pagos a juízes deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R$ 46,3 mil.

RECORDE

Quase 2 mil imigrantes chegam às Ilhas Canárias em um dia

Autoridades espanholas informaram que quase 2 mil imigrantes chegaram às Ilhas Canárias, na Espanha, na terça-feira - o número é recorde para um único dia.

As ilhas localizadas ao largo da costa da África Ocidental registraram um aumento no número de chegadas pouco antes das eleições nacionais na Espanha, que acontecem no final desta semana, e nas quais a migração será uma grande preocupação para muitos eleitores.

O serviço de salvamento marítimo da Espanha informou que 1.990 pessoas chegaram em 15 embarcações diferentes, enquanto navios de busca e salvamento acompanhavam um bote após o outro até a pequena ilha de El Hierro.

"Infelizmente, este é um dia histórico", disse o líder regional das Ilhas Canárias, Fernando Clavijo, em entrevista à rádio espanhola *Cadena Ser*.

BEBÊ DE 4 DIAS

Entre os que chegaram na terça-feira, havia cerca de 100 menores, incluindo um bebê de quatro dias que nasceu durante a viagem, disse Clavijo.

As Ilhas Canárias, um destino turístico popular entre muitos europeus atraídos pelo clima ameno durante todo o ano, têm sido, há anos, um ponto de entrada crucial para migrantes desesperados para chegar à Europa. A rota também é extremamente perigosa, com milhares de mortes na tentativa de travessia.

Embora as ilhas estejam localizadas a cerca de 105 quilômetros (65 milhas) da costa africana mais próxima, muitos migrantes percorrem rotas mais longas para escapar das forças de segurança As viagens podem durar dias ou semanas, e muitas embarcações não chegam ao seu destino, ficando à deriva no Atlântico aberto

Mais de 26.000 pessoas chegaram às Ilhas Canárias este ano, sendo metade desse total em novembro. O recorde anterior de chegadas em um único dia havia sido batido apenas duas semanas antes, quando 1.400 pessoas desembarcaram em Gran Canaria em 7 de novembro.

Em junho, durante a visita do pontífice às ilhas, o papa Leão XIV advertiu os traficantes de pessoas de que enfrentariam a ira de Deus por explorarem o desespero dos migrantes.

As partidas da África Ocidental são sazonais, e novembro costuma registrar um aumento significativo, já que muitos viajantes partem antes que o mar fique agitado durante o inverno. O mar tem estado calmo recentemente, o que contribuiu para o elevado número de partidas.

A maioria dos barcos que chegaram na terça-feira vinha do Senegal e da Gâmbia, disse Clavijo. Apesar dos esforços da União Europeia na África Ocidental para reduzir o número de migrantes, muitos acreditam que partir é a única opção para encontrar trabalho e construir uma vida melhor.

"As condições de navegação eram favoráveis e havia lua cheia, então essas pessoas em busca de um futuro melhor acabaram em nossas costas", disse Clavijo.

Clavijo afirmou que El Hierro, a ilha mais ocidental do arquipélago, com uma população de 12.000 habitantes, não tinha condições de receber um fluxo tão grande de pessoas, muitas das quais chegaram exaustas e em péssimas condições.

Ele afirmou que, no geral, estava satisfeito com a transferência de migrantes adultos para a Espanha continental, mas acrescentou que solicitou ajuda de outras regiões para acolher menores desacompanhados que precisam estar sob os cuidados das autoridades.

CENTRO DAS ELEIÇÕES

O Partido Popular (PP), de centro-direita, pretende destituir o governo central liderado pelos socialistas nas eleições de domingo. Para isso, provavelmente terá que formar um governo com o partido de extrema-direita Vox, que está fazendo campanha com base na expulsão de imigrantes e em políticas sociais que favorecem os espanhóis em detrimento dos estrangeiros recém-chegados.

Sem mencionar o Vox, Clavijo, que pertence ao partido regional Coligação das Canárias, denunciou qualquer tentativa de demonizar os migrantes, chamando-a de "um discurso xenófobo de pessoas más".

O líder das Ilhas Canárias também criticou duramente o recente acordo entre Áustria, Dinamarca, Alemanha, Grécia e Holanda para enviar migrantes para Ruanda, chamando-o de "ridículo".

EUA

Atirador pede adiamento de execução por fuzilamento

Nidal Hasan, responsável pelo ataque a tiros que matou 13 pessoas na base militar de Fort Hood, no Texas, em 2009, pediu a um tribunal federal dos Estados Unidos na terça-feira, o adiamento de sua execução por fuzilamento. O condenado quer mais tempo para preparar uma petição que contesta sua sentença de morte e a condenação imposta pela Justiça militar.

No documento, assinado pelo próprio Hasan, ele afirma que pretende demonstrar que a sentença e a condenação foram obtidas e continuam sendo mantidas em violação a seus direitos constitucionais e legais. O processo pode atrasar os planos do governo do presidente Donald Trump para a execução, que estava prevista para 3 de dezembro..

Hasan, que era psiquiatra do Exército americano, foi considerado culpado por múltiplos homicídios e por tentativas de homicídio contra as mais de 30 pessoas feridas durante o ataque. Em outubro, autoridades militares e do Pentágono anunciaram a execução após uma determinação de Trump. Seria a primeira execução militar nos Estados Unidos desde 1961 e a primeira por fuzilamento desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O secretário de Defesa, Pete Hegseth, havia declarado que a execução seria transmitida ao vivo, o que provocou protestos. Trump posteriormente cancelou o plano de transmissão.

Hasan pretende apresentar argumentos semelhantes aos que foram barrados durante seu primeiro julgamento, em 2013. Na ocasião, ele dispensou seus advogados e decidiu fazer a própria defesa. Um dos pontos que gostaria de levar ao júri era a alegação de que suas ações poderiam ser justificadas legalmente porque estaria defendendo o Talibã afegão de uma ofensiva que considerava ilegal por parte do Exército dos Estados Unidos.

O argumento foi classificado nos documentos judiciais como uma tese de "defesa de terceiros". O juiz responsável pelo julgamento, porém, impediu que Hasan o apresentasse ao júri. Durante as três semanas de julgamento, o condenado permaneceu praticamente em silêncio. Enquanto os militares convocaram quase 90 testemunhas, Hasan não chamou nenhuma pessoa para depor em sua defesa e também não fez alegações finais.

A postura levou os advogados de apoio, designados pelo tribunal, a concluir que o objetivo de Hasan era obter uma sentença de morte. No novo processo, ele afirma que pretende continuar representando a si próprio, embora receba assistência de advogados do Projeto de Pena Capital da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês). Representantes da entidade e do Pentágono não responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

O caso foi encaminhado ao juiz federal Tony Mattivi, no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Kansas. Hasan está detido na prisão militar de Fort Leavenworth, no Estado. Mattivi foi indicado por Trump e confirmado pelo Senado em 9 de junho. Antes de assumir o cargo, entre 2009 e 2013, ele atuou como principal promotor de uma comissão militar na Base Naval da Baía de Guantánamo, em Cuba, responsável pelo julgamento de um integrante da Al-Qaeda envolvido no planejamento do atentado contra o navio militar USS Cole.

Além da disputa judicial sobre a sentença, a execução também enfrenta questionamentos relacionados à presença de sobreviventes do ataque. A realização estava prevista para 3 de dezembro, mas três pessoas que sobreviveram ao tiroteio foram informadas de que não poderiam acompanhar o procedimento.

Em 10 de novembro, o Exército comunicou que os três não se enquadravam nos critérios para testemunhar a execução, porque não eram vítimas diretas das acusações que resultaram na condenação de Hasan. As regras militares estabelecem restrições sobre quem pode acompanhar esse tipo de procedimento.

Na terça-feira, os sobreviventes receberam uma nova resposta negativa a um pedido de reconsideração. Em mensagem compartilhada com a *Associated Press*, as autoridades citaram questões de segurança e limitações de espaço. Os três argumentaram que a definição de vítima prevista no Código Uniforme de Justiça Militar deveria incluir pessoas que sofreram danos físicos, emocionais ou financeiros diretamente relacionados aos crimes.

Uma carta assinada pelo comandante de Fort Leavenworth informou que não haveria possibilidade de novo recurso. O comunicado afirmou que a decisão não representava um julgamento sobre os danos emocionais sofridos pelos sobreviventes em consequência dos crimes de Hasan.

Entre os que tiveram o pedido negado está a coronel reformada Kathy Platoni, que seria supervisora de Hasan durante uma missão planejada no Afeganistão. Ela afirmou que gostaria de estar presente para olhar o condenado nos olhos e dizer que ele não conseguiu convencê-la de suas justificativas.

Platoni relatou que os sobreviventes de sua unidade foram enviados ao Afeganistão 29 dias depois do ataque. Segundo ela, os militares continuaram a cumprir suas funções porque ainda serviam ao país. A coronel também descreveu as lembranças do dia do tiroteio, quando soldados tentaram socorrer colegas feridos sem contar com suprimentos médicos ou água suficientes.

Ela contou que ainda guarda o uniforme manchado de sangue que vestia quando tentou ajudar um capitão gravemente ferido, atingido durante a tentativa de impedir o ataque. As lembranças do episódio, afirmou, continuam presentes em sua vida.

Outra sobrevivente que teve o pedido de participação negado foi Julia Wilson, que estava grávida de nove meses quando Hasan abriu fogo. Ela afirmou que a forma como as autoridades militares conduziram o processo provocou sofrimento adicional e dificultou a recuperação dos envolvidos.

O major reformado C. Alan Hopewell, que testemunhou no julgamento de Hasan, também foi impedido de acompanhar a execução. Ele confirmou a identidade do atirador depois que dois militares o atingiram ao tentar interromper o ataque. Uma das militares envolvidas havia pedido que Hopewell a acompanhasse no procedimento.

O ex-major afirmou que uma bala passou perto dele e atingiu seu carro. Para ele, a decisão das autoridades desconsidera a condição dos sobreviventes como vítimas do episódio.

Hopewell, Platoni e Wilson também disseram que continuarão pressionando para que o ataque de Fort Hood seja reclassificado como um ato de terrorismo doméstico, em vez de violência no local de trabalho. Hopewell afirmou que considera a presença na execução uma responsabilidade com os militares mortos, feridos e ameaçados durante o ataque.

NOVA GURRA

Governo do Irã rebate acusações de Israel sobre armas químicas

PEDRO LIMA/AE

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, rebateu ontem as acusações de Israel de que Teerã estaria desenvolvendo armas químicas e ocultando o armamento em fábricas farmacêuticas. Em publicação no X, o chanceler iraniano acusou o governo israelense de tentar induzir os Estados Unidos a entrar em uma nova guerra contra a República Islâmica.

"O objetivo de Israel é audacioso: enganar os EUA para que travem mais uma guerra em seu nome, ao mesmo tempo que colocam pacientes iranianos na mira", afirmou Araghchi.

O ministro ressaltou que o Irã é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e membro da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW, na sigla em inglês), além de ter sido vítima do uso de armas químicas pelo regime de Saddam Hussein, no Iraque.

Araghchi acusou ainda Israel de possuir centenas de ogivas nucleares e de ter arrastado os EUA para duas guerras "fracassadas" contra o Irã no último ano. "Como o mundo inteiro já sabe: com Israel, toda acusação é uma confissão", acrescentou

Na véspera, Araghchi acusou Washington de adotar uma postura "hipócrita" em relação às armas químicas. Segundo ele, a falta de pagamento das contribuições financeiras americanas à OPCW ameaça o funcionamento do organismo internacional.

CHINA

China derruba Chen Jining, membro do Politburo em Xangai

O presidente da China, Xi Jinping, afastou um quarto membro do Politburo - o órgão dirigente do Partido Comunista - em menos de dois anos. A medida derrubou Chen Jining, uma figura de destaque, outrora vista como um possível sucessor, no momento em que Xi intensifica uma ofensiva disciplinar que atingiu amplos setores da elite política.

Chen Jining, secretário do Partido em Xangai, está sob investigação por suspeita de violações graves da disciplina partidária e das leis estatais, segundo um breve comunicado divulgado pelo principal órgão de controle interno do Partido.

O comunicado não forneceu detalhes sobre as supostas irregularidades de Chen, embora o Partido costume utilizar esse tipo de formulação para descrever casos de corrupção.

Desde o ano passado, a China já havia afastado outros três membros do Politburo - incluindo dois generais de alto escalão e um ex-líder regional -, no que já constitui o maior expurgo nesse nível desde 1976. A investigação contra Chen - um acadêmico de renome que se tornou político - deixa o Politburo com 21 membros ativos, ante os 24 que iniciaram o atual mandato em 2022.

Esses expurgos abrem caminho para que Xi reestruture a elite dirigente chinesa, enquanto o Partido se prepara para um congresso - realizado a cada cinco anos - previsto para o outono de 2027. Na ocasião, espera-se que Xi garanta seu quarto mandato de cinco anos como líder do Partido e estabeleça uma nova equipe de liderança.

UCRÂNIA

EUA descartam uso de acordos comerciais com Rússia pelo fim da guerra, diz jornal

Os Estados Unidos abandonaram seus planos de usar acordos comerciais como incentivo para que a Rússia encerre a guerra na Ucrânia, após Moscou demonstrar pouco interesse nos projetos sugeridos, informou o jornal britânico *Financial Times* ontem.

Segundo o jornal, cinco autoridades a par da mudança de estratégia afirmaram que os enviados especiais americanos Jared Kushner, genro de Donald Trump, e Steve Witkoff disseram a autoridades europeias que as parcerias empresariais não eram mais um elemento central da proposta dos EUA à Rússia.

Procurado pelo *Financial Times*, um funcionário americano classificou a reportagem como "imprecisa" e afirmou que o governo anunciaria suas frentes de negociação quando estivesse pronto. Segundo ele, os acordos comerciais "continuam sendo um elemento".

O jornal também ouviu pessoas a par das ideias do governo russo, que afirmaram que, inicialmente, autoridades de Moscou viram a promessa de acordos comerciais como uma forma de manter Trump envolvido nas negociações e, por isso, reagiram positivamente às propostas.

No entanto, segundo as fontes, Moscou perdeu interesse nas propostas. O *Financial Times* afirmou que, na rodada mais recente de negociações, realizada em Abu Dhabi no início deste mês, autoridades russas demonstraram pouco interesse nos acordos comerciais e, em vez disso, reforçaram suas exigências, como a cessão de territórios por parte da Ucrânia.

Segundo autoridades americanas, a estratégia de acordos econômicos estava "em segundo plano". As fontes disseram ao jornal que Washington adotaria uma abordagem de negociação "mais tradicional", concentrada na fórmula de "território em troca de paz".

Entre as propostas comerciais apresentadas em setembro como incentivos para reativar as negociações de paz estavam a participação de petrolíferas americanas em um plano para retomar as vendas de petróleo bruto russo à Europa por meio de oleodutos e a retomada do acesso de companhias aéreas americanas ao espaço aéreo russo para voos de trânsito e sobrevoos, informou o jornal

No domingo passado Kushner fez uma longa publicação nas redes sociais sobre as negociações para o fim da guerra, mas não mencionou acordos comerciais. No texto, o foco dele foram possíveis garantias de segurança para o período pós-guerra.

"Nas próximas semanas, em conversas privadas e discussões multilaterais, pretendemos trabalhar com a Ucrânia, nossos parceiros europeus e a Rússia para tentar alcançar um entendimento comum sobre essa arquitetura", disse ele.